

Para que os subalternos não falem: a oclusão do património português entre os goeses

Ninguém sabe ao certo como tratar o denominado património português em Goa. A confusão deve-se ao facto de que este património não se refere apenas a alguns monumentos ou práticas do passado, mas é um património vivo e que respira, corporeamente materializado nas pessoas de Goa, como um todo e, particularmente, nos católicos. Isto faz com que se trate de um património volátil e, por isso, muitos esforços académicos têm sido investidos em negá-lo ou rejeitar a sua complexidade.

Jason Keith Fernandes 4 de Julho de 2021, 8:53



Desde que venho a Portugal, é comum perguntarem-me: "Ainda existe algum património português em Goa?" A minha resposta transfere o *locus* dos artefactos e da língua portuguesa — os marcos privilegiados do património português (para os portugueses metropolitanos) vistos de forma desambígua como originários de Portugal metropolitano — para a população goesa que, na minha opinião, é a principal repositória do património português em Goa.

Contudo, para realizar essa transferência corre-se o risco de que seja vista como apoiante das reivindicações luso-tropicalistas do Estado Novo e como negação da existência de uma identidade independente da população goesa.

Todavia, o meu argumento é que o verdadeiro problema é a recusa em reconhecer a autêntica portugalidade da complexa identidade da população goesa. Proíbe os goeses, e em particular os goeses católicos, de reivindicarem a sua portugalidade, obrigando-os a encontrar o seu espaço nos discursos nacionalistas indianos, que, por privilegiarem as sensibilidades hindus, são profundamente hostis às castas trabalhadoras e aos católicos da classe trabalhadora.

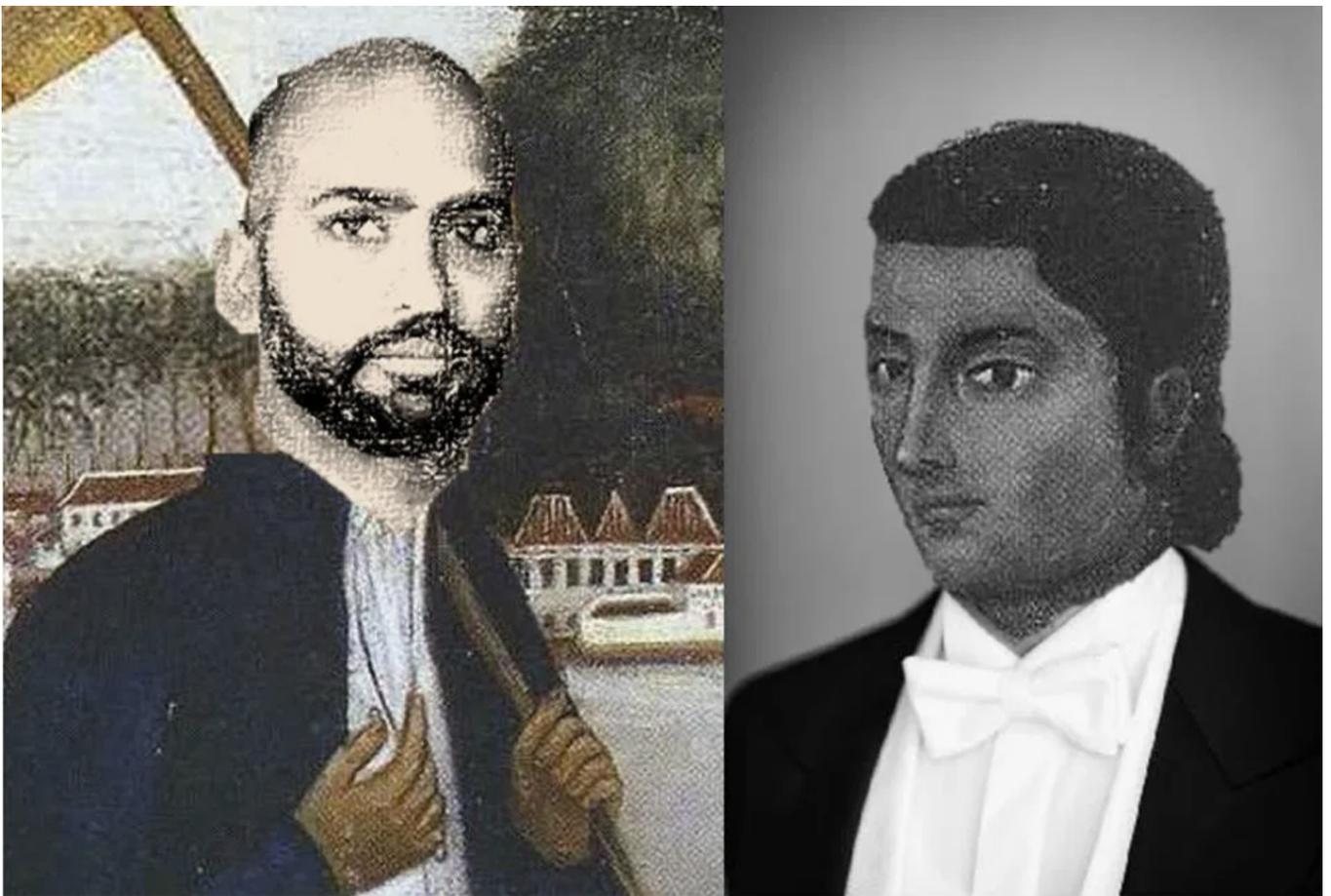
Ajudando-me a encontrar o caminho para "casa"

Há uns anos, enquanto conversava com um amigo português da metrópole, eu, titular de um passaporte indiano, tinha declarado a minha identidade como portuguesa. Visivelmente perturbado, apesar de reconhecer a nossa história comum, ele sugeriu que devo ter orgulho na minha herança sul-asiática e que não era necessário regressar à retórica do Estado Novo.

Esta reposta é a norma sempre que se levanta a questão da pertença dos goeses. Reivindicar um património indiano e ter orgulho dele não é, de todo, um problema. É só quando os goeses reivindicam ser autenticamente portugueses que o mundo contemporâneo cai aos pedaços.

Em vez de compreender essas asserções como lealdade ao Estado Novo ou a repetição cega da sua retórica, deve ser lembrado que quando o Estado Novo adotou a retórica de um país multirracial e pluricontinental estava cinicamente a retomar uma tradição portuguesa mais antiga, a qual tinha rejeitado, anteriormente, uma tradição que permitiu às elites nativas integrarem-se na política metropolitana.

O potencial racialmente emancipatório desta tradição foi subvertido quando as elites portuguesas, lideradas pelo regime de Mário Soares, preocupadas com o distanciamento da Europa, reformularam o nacionalismo português, de forma a torná-lo mais compatível com as diretrizes europeias. A hierarquia racial anterior foi simplificada para criar um binário simples: o português branco e o colonizado de cor. Esta reconstrução exigiu vários contorcionismos. Ao abolir a hierarquia racial assumidamente problemática, a política portuguesa é confrontada com um dilema, quando forçada a lidar com a questão muito real das desigualdades raciais. O mais embaraçoso é a encenação do paternalismo liberal por grupos que se negam a perceber como esse paternalismo convenientemente reafirma a sua branquidade.



2 goeses, 2 séculos, Mónica Reis (2016)

Parte da encenação do europeísmo pós-colonial de Portugal — onde a identidade imperial (i.e. portuguesa) do colonizado é negada — envolve a imitação da Commonwealth britânica e da francofonia francesa, tendo os portugueses metropolitanos criado a lusofonia e o conceito de património arquitetónico português no mundo. Esta apresentação sugere uma situação em que estas arquiteturas foram passivamente recebidas pelas populações subalternas, resultando na situação em que os goeses, em particular os goeses católicos, são privados do seu próprio património. Efetivamente, neste contexto, é possível ver a verdade na sugestão de Gary Wilder de que a descolonização envolveu não tanto a rendição das colónias, mas um “abandono” das populações ultramarinas dos Estados europeus.

Losing my religion

Que os goeses, em particular os goeses católicos, “encontrem o seu caminho para casa” tem sido uma das maiores preocupações dos cientistas sociais que trabalharam as décadas logo a seguir à integração

do território na Índia, que tentou garantir que o goês católico, comumente visto como “clone do colonizador”, fosse produzido como autenticamente indiano.

Este projeto foca o sincretismo do catolicismo local e a sua incorporação das sensibilidades “locais”. Contudo, ao serem tendenciosos a favor do hinduísmo, ignoram a complexidade da vida cultural de um território que foi integrado num espaço islâmico pelo menos alguns séculos antes do estabelecimento da soberania da Coroa Portuguesa na ilha de Goa em 1510.



Atorretrato Azuklejo, de Shailesh Dabholkar (2019) Coleção do autor

Alguns desses esforços acadêmicos colocam os goeses em posições perigosas. Por exemplo, a representação da conversão das populações locais à cristandade no início do período moderno, enquanto parte da estratégia de dupla colonização da Coroa, na economia e na fé, oclui a vontade de alguns em abraçar o catolicismo, e efetivamente apoia os projetos nacionalistas hindus que procuram acoplar a descolonização política com a descolonização espiritual, que tem lançado uma onda de

violência contra comunidades marginalizadas noutras partes da Índia.

Estudos pós-coloniais e realidades políticas contemporâneas, que procuram estabelecer uma indianidade para o goês católico, garantem que a tradição ocidental católica é ignorada e as suas complexidades locais, o que inclui a simplificação da relação dinâmica e dialógica entre o local e o universal. Como resultado, o que acontece é que a tradição católica dos goeses é entendida como uma imposição colonial e não como um aspeto autêntico dos estilos de vida locais.

A antropofagia e a Eucaristia

A relação dinâmica entre o local e o universal pode ser mais bem articulada através da re-compreensão cristã do movimento brasileiro antropofágico, em referência à prática tupinambá de canibalização para incorporar a essência e os atributos da vítima, para sugerir um processo cultural de devorar e digerir a cultura europeia para produzir um genuíno *ethos* brasileiro.

O movimento antropofágico não está livre de problemas, nomeadamente o nacionalismo crioulo. No entanto, a sua metáfora da digestão da norma cultural é promissora quando apreciada numa compreensão católica daquilo que poderia ser visto como uma ação antropofágica — o consumo de Cristo na Eucaristia. No sacrifício da missa, é crença católica de que a substância do vinho e do pão são transformados no corpo e sangue de Jesus Cristo, que é então consumido pelos celebrantes, que, como explica Agostinho, “ao serem digeridos no seu corpo e transformados nos seus membros, poderemos ser o que recebemos”.

Esta receção, digestão e rearticulação é clara no magnífico tratado de Paulo Varela Gomes onde argumenta que as muitas igrejas de Goa não são, de facto, portuguesas, mas goesas, o resultado de uma articulação do cânone arquitetónico ocidental criado por goeses para enfatizar a sua identidade distinta.

Por mais interessante e importante que seja o argumento, Paulo Varela

Gomes, ao jogar com a sensibilidade pós-colonial portuguesa acima apresentada, parece sugerir que os dois géneros, goês e português, são distintos. Discordo. Os estilos goeses apresentados podem ter articulado uma forma que era distinta, mas continuavam comprometidos com um cânone que emergiu a partir do contacto com os portugueses. A sua goanidade não tem que superar a sua portugalidade. Na verdade, o facto de muitas vezes ser confundido como português é ilustrativo da sua posição no mesmo universo cultural.

A compreensão contemporânea do património baseia-se num modelo em que os Estados-nação europeus são compreendidos como fontes de cultura impostas a destinatários largamente passivos. Se, no entanto, adotarmos a metáfora eucarística, apercebemo-nos de que o património pode ser apreciado como o corpo de Cristo que, embora partilhado na comunhão, não é diminuído, mas cresce para envolver os comunicantes e fortalecê-los como indivíduos distintos, na sua pertença ao seu único corpo.